

Luta pela instrução e disputas políticas em Portugal na segunda metade do século XIX: a escola para meninas na freguesia de São Vicente de Pereira, Município de Ovar

(The Struggle for Education and Political Disputes in Portugal during the Second Half of the 19th Century: The Girls' School in the Village of São Vicente de Pereira, Municipality of Ovar)

Wenceslau GONÇALVES NETO
Universidade de Uberaba / Universidade Federal de Uberlândia

Justino PEREIRA DE MAGALHÃES
Universidade de Lisboa

RESUMO: Neste estudo aborda-se o processo de criação de uma escola para o género feminino, na freguesia de Pereira do concelho de Ovar, oferecida por um empresário local. O benemérito era o empresário João Rodrigues de Oliveira Santos, regressado do Brasil e dono de uma fábrica de chapéus, naquela freguesia. O processo teve início em 1873, mas arrastou-se por vários anos, envolvendo autoridades municipais e nacionais. O combate ao analfabetismo, em Portugal, envolvia esforços das autoridades políticas, mas mereceu o contributo de entidades e individualidades civis, abrindo escolas.

A criação de escolas estava regulamentada e obedecia a um conjunto de princípios e requisitos formais, que haviam sido consignados por Portaria de 1866, quando da aceitação e execução do legado Conde Ferreira. No caso, em estudo, observa-se uma controvérsia entre os intervenientes, que assumiu contornos de disputa entre facções políticas, nos planos local e estatal, como comprovam fontes oficiais e depoimentos da imprensa local.

PALAVRAS-CHAVE: educação e municípios; analfabetismo; instrução; criação de escolas; município de Ovar.

ABSTRACT: This study looks at the process of creating a school for female pupils in the parish of Pereira in the municipality of Ovar under the patronage of a local businessman. The benefactor was the local businessman João Rodrigues de Oliveira Santos, a hat factory owner returned from Brazil. The process began in 1873, but was held up for several years, with local and national authorities drawn into the debate. The fight against illiteracy in Portugal was led

by the efforts of the political authorities, but received vital support from civil society organisations and individuals who opened new schools across the country.

The creation of schools was regulated and subject to a set of principles and formal requirements introduced under the Ordinance of 1866, when the Conde Ferreira legacy was accepted and executed. This study examines the political controversy surrounding the attempt to open a school for girls in Pereira, as chronicled by unofficial sources and the local press of the time.

KEY WORDS: education and local government; illiteracy; education; creation of schools; municipality of Ovar.

Objecto de estudo e fontes históricas

Neste estudo aborda-se um conjunto documental guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, envolvendo a iniciativa do empresário João Rodrigues de Oliveira Santos que, em ofício encaminhado à Câmara Municipal de Ovar, de 11 de dezembro de 1873, pretendia

mandar edificar e mobilar á sua custa uma casa construida segundo as dimensões e condições designadas na Portaria e instruções de 20 de julho de 1866, cuja casa e mobilia oferece gratuitamente ao estado para servir de escola regia para meninas n'esta freguesia [de São Vicente de Pereira].¹

A instituição, a ser instalada no lugar da Torre, na freguesia de São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, seria voltada especificamente para o atendimento das filhas das operárias que trabalhavam na *Chapellaria a Vapor*, fábrica de chapéus pertencente ao empresário e a seu irmão. Esta atitude, apesar do reconhecimento do seu caráter meritório por todas as autoridades envolvidas, suscitou grande celeuma na freguesia e na vila de Ovar envolvendo, por um lado, como contrários à proposta, cidadãos particulares, o Administrador do Concelho e a Câmara Municipal de Ovar e, por fim, também a Junta de Paróquia de São Vicente de Pereira, que voltou atrás em sua decisão inicial de aceitação da oferta. Por outro lado, estavam favoráveis à proposta, o peticionário, o Comissário de Estudos e o Governador Civil de Aveiro. Os documentos comprovam uma contenda de mais de 2 anos (dezembro de 1873 a janeiro de 1876), apenas para ser definida a aceitação ou não da oferta. Apesar do voto favorável do relator (Mariano Ghira) na Junta Consultiva de Instrução Publica, em 4 de janeiro de 1876, não foi possível saber se, afinal, fora ou não implantada a escola. Logo após o despacho dessa Junta surgem nos documentos duas novas petições protelatórias, ambas de 22 de fevereiro de 1876: uma, do cidadão que teria o terreno expropriado; e outra, da Junta de Paróquia de São Vicente de Pereira se opondo à escola no lugar da Torre e propondo nova localização. A documentação da Torre do Tombo traz registros apenas até este impasse.²

¹ Direção Geral de Instrução Publica, maço 149. Torre do Tombo, Lisboa.

² Cf. Wenceslau Gonçalves Neto; Justino Magalhães, «Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX», *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 20, (mai-ago 2009): 15-39.

De qualquer forma, fica evidente na pesquisa, que os esforços pela instrução pública, no Portugal da segunda metade do século XIX, não se caracterizavam como ações que pairassem acima de diferenças políticas locais. Muitas vezes, os interesses particulares e os interesses colectivos não eram coincidentes. Ou seja, não era linear aos beneméritos abrirem escolas nos locais de seu interesse. Com efeito, apesar de todo o discurso oficial voltado para os benefícios da instrução na sociedade e da importância da participação da iniciativa privada na construção de escolas,

a concretização das obras não contava sempre com o apoio unânime nas localidades em que foram implantadas. A oposição a elas faz-se presente, envolvendo desde prosaicos prejuízos particulares até interesses políticos conflitantes no interior da sociedade. Em determinado momento, encontramos praticamente quase todas as autoridades constituídas do país à volta com uma querela envolvendo a expropriação de um terreno para a construção de uma escola. Claramente, a disputa não se resumia ao âmbito da escola. A luta pela instrução no século XIX não deixa de representar também um conflito de poderes.³

Diversos pesquisadores da área da história da educação, envolvidos com a temática da instrução no século XIX português, salientam a importância de estudos sobre o desfecho de processos políticos, como este do concelho de Ovar, que envolveu o empresário João Rodrigues de Oliveira Santos. Procurando compreender melhor o processo e responder a novas indagações, retomamos a investigação, localizando novas fontes para além do Fundo Documental do Arquivo da Torre do Tombo. Fizemos uso de Fontes Locais, visitando a cidade de Ovar e a freguesia de São Vicente de Pereira.

O presente texto, utilizando documentos coligidos no Arquivo Municipal de Ovar e nos arquivos da Junta da Freguesia de São Vicente de Pereira, como livros de atas, correspondências, fotografias e imprensa, tornou possível comprovar a abertura da escola elementar para as meninas e identificar elementos complementares para a compreensão das divergências, ao longo do processo.

Instrução no Portugal do século XIX

Não foram poucos os desafios enfrentados por Portugal no século XIX mas, para o momento, avancaremos um pouco pela arena da educação, apresentando alguns elementos complementares à discussão já delineada no artigo anterior. Para termos uma dimensão da importância do debate, chamemos um interlocutor privilegiado dessa cena, D. Antonio da Costa, que, além de ter sido ministro da instrução de Portugal também acompanhou com atenção as estatísticas nacionais, os avanços dos países estrangeiros, as contribuições recentes da pedagogia e as diferentes iniciativas que ocorriam em seu país de Oitocentos. Para ele,

Na successão dos factos desempenha o seculo XIX um papel importante. A sociedade velha recua espantada diante da sociedade nova, que a palmo e palmo lhe vae disputando o terreno. Uma defronte da outra, como dois athletas, olharam-se e mediram-se (...); por fim travaram-se de terrivel combate, uma em nome da tradição e do interesse, a outra proclamando a verdade e o justo. (...) A pugna persistiu. Não se aniquilam em annos interesses que seculos criaram. (...) Continuará pois o combate, e

³ *Ibidem*, 37.

comquanto possam inspirar veneração as cãs do velho atleta, as turbas têm os olhos pregados no rijo braço do novo combatente, e para elle serão as bênçãos do futuro.⁴

Apesar dessa perspectiva otimista de D. Antonio da Costa quanto ao lado que sairia vencedor ao final, a “sociedade nova”, não logra grande sucesso e Portugal entrará pelo século XX com vários de seus fantasmas educativos, que continuarão por muito tempo assombrando as novas gerações. O ponto central, o analfabetismo, em pouco será alterado. E as condições das escolas, em termos de construção e conservação, dos métodos de ensino, da qualificação dos professores, dos recursos para a instrução, dos salários dos professores, entre outros, bem como a burocracia que imobilizava boa parte dos trabalhos educativos e das iniciativas, tanto públicas como particulares, continuarão presentes. Muitas são as avaliações apresentadas sobre a situação da instrução portuguesa, assim como múltiplas serão as alternativas pensadas. No entanto, a maioria converge em diversos pontos, relacionados à persistência do analfabetismo, à situação secundária de Portugal no processo de desenvolvimento do capitalismo europeu, às reais necessidades da educação para o avanço da burguesia no país, etc.

António Candeias, por exemplo, analisa como Portugal, no processo de modernização que levou as burguesias da Europa e do Ocidente ao “centro do mundo” no século XIX, participou de forma muito diferente, negativa ou enfraquecida desse cenário, não se beneficiando diretamente das transformações advindas da Reforma ou da industrialização. Entre outros aspectos, indica:

o pouco ou nenhum impacto da Reforma na Península Ibérica, ao contrário do que sucedeu com a Contra-Reforma, esta agindo como um movimento de pressão poderoso no sentido de estugar o passo à modernidade laica, iluminada e burguesa; a debilidade do aparelho industrial português no século XIX; a existência de fronteiras antigas e a inexistência de tensões étnicas ou religiosas que necessitassem de aparelhos construtores de uma “cultura nacional”, constituíram-se em factores que parecem ter sempre dispensado a urgência de afirmação em termos modernos e sofisticados de uma cultura dominante, subalterna face aos centros de poder europeus, foi muito pouco questionada internamente, a força pública sendo suficiente em cada afloramento social mais grave. De uma forma geral, compreende-se, à distância de dois séculos, que a escola, e apesar da retórica das elites, dificilmente seria uma prioridade numa sociedade arredada do centro dinâmico da Europa, o que no século XIX quer dizer centro do Mundo.⁵

Esses aspectos macroestruturais precisam ser levados em conta quando analisamos a situação de Portugal e sua luta particular pela difusão da instrução popular. Participando perifericamente do processo de desenvolvimento econômico, dificilmente conseguiria acompanhar as nações mais dinâmicas e que, além disso, haviam começado mais cedo o esforço pela organização de seus sistemas nacionais de ensino. Com isso, Portugal não apenas não consegue protagonismo no cenário europeu da educação, mas fica quase que à deriva, à busca de respostas que ora podem estar na criação de um ministério da

⁴ D. Antonio da Costa, *A Instrução Nacional* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1870), 4-5.

⁵ António Candeias. «Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas», in *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*, cords. Maria Raquel Delgado-Martins; Glória Ramalho; Armada Costa (Lisboa: Editorial Caminho, 2000), 258.

instrução, ora na descentralização do processo de gestão da educação, outras na conclamação dos particulares para o esforço da educação ou, ainda, na busca de métodos ou repetição de iniciativas consideradas de sucesso em outras plagas.

O problema central, da falta de acesso da população à instrução, no entanto, persiste, o que é comprovado pelos baixos índices de alfabetização ao longo das últimas décadas do século XIX e início do século XX. Segundo o já citado António Candeias, o índice de alfabetização de Portugal em 1878, ano que inclui nosso recorte de estudo, era de 21% (idade igual ou superior a 7 anos); avança para 24% em 1890 (idade igual ou superior a 10 anos); para 27% em 1900 (idade igual ou superior a 10 anos); e para 31% em 1911 (idade igual ou superior a 10 anos).⁶ Esses indicadores mostram como a difusão da escola e do processo de escolarização cresciam lentamente no país. Com uma média de crescimento pouco superior a 3% a cada 10 anos, Portugal levaria muitas décadas para fazer chegar as luzes da instrução a suas crianças, mesmo se desconsiderados os índices de crescimento populacional.

Com esses indicadores e com problemas que afetavam a continuidade das políticas estabelecidas pelo Estado, não se conseguia alterar significativamente a situação no correr do século XIX, o que remeteu o desafio português da escolarização para o século XX. Com a República, alterou-se a situação política, mas boa parte dos problemas do passado continuaram presentes. No que concerne à questão escolar, com relação às condições das escolas portuguesas nos anos iniciais do século XX, assinala Carlota Boto:

A escola que vê entrar a República em Portugal é ainda uma instituição primária que não logrou obter a desejada homogeneidade, a desejada unificação por todo o território do continente. É, muito aquém disso, uma instituição pobre, fragmentária, que atende populações as mais diversificadas e que não dispõe dos necessários recursos para seu papel educativo. Essa escola é responsável por uma prática desacreditada pelas populações, incapaz que se revela de atender a seus próprios objetivos declarados: as crianças não aprendem, em sua maioria, nem a ler, nem a escrever, nem a contar. (...) Alguma coisa na escola resistia ao novo; e a população, de algum modo, resistia à escola.⁷

Feitas essas breves considerações, cremos, portanto, poder tomar como elemento central de pressão para a organização do processo escolar e para a difusão da alfabetização na segunda metade do século XIX o pressuposto de que o domínio da escrita e de todos os benefícios que lhe acompanham é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico, social e político das sociedades ocidentais. António Candeias lembra o célebre episódio da derrota francesa no confronto franco-prussiano de 1870-1871, quando se teria considerado que a origem da vitória adversária estaria no trabalho do mestre-escola. Apesar de considerar que a contundência desse argumento tenha se esgotado há muito tempo, entende que

⁶ António Candeias (Dir.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004), 96, 105, 112 e 120, respectivamente.

⁷ Carlota Boto, *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012), 105-106.

A crença em tal ligação, que se acentuou durante o século XX (...), aparece ainda como algo de profundamente enraizado na estrutura cultural dominante dos nossos dias, como insistentemente nos fazem lembrar os relatórios de todo o tipo de organizações políticas e económicas de carácter nacional ou internacional, que não desistem de relacionar prestações económicas com taxas de escolarização. Poderíamos assim afirmar, sem grandes riscos, que a atitude dominante dos finais do século XIX e de todo o século XX foi a de realçar a associação entre, por um lado, alfabetização e escolarização e, por outro, desenvolvimento económico, dinamismo social e construção de formas de organização política sofisticadas e modernas, sendo estes alguns traços gerais constitutivos daquilo a que se costuma chamar progresso.⁸

Como pudemos acompanhar por algumas discussões promovidas pela historiografia histórico-educacional, a ideia prevalecente na segunda metade do século XIX e que avança pelo XX é da educação como princípio fundante da sociedade, tanto em termos de formação do cidadão como de preparação dos indivíduos para a nova ordem burguesa que se configurava e consolidava na Europa e no mundo Ocidental. Não é de estranhar, portanto, que na no município de Ovar e na freguesia de São Vicente de Pereira essas preocupações estivessem presentes. Elas mostram que a circulação dos ideais do período chegaram até lá e que a elite local, ou parte dela, estava consciente de sua importância.

Perspectiva local/ municipal - Ovar

Avançando agora da perspectiva nacional para a local, direcionamos nossa atenção para o tipo de estudo que nos propomos nesse momento, conjugando as preocupações que se colocavam no horizonte da elite ovarense, suas dissensões, disputas políticas, propostas de desenvolvimento para o lugar e para a educação em particular, etc. Observa-se uma relação entre escola, “brasileiros” e contexto local, no caso Ovar. Isto nos afasta um pouco do tipo de investigação mais comum no campo da História da Educação, que procura se orientar por análises de carácter mais geral, seguidas pelas incursões pelo nacional. No nosso caso, incorporamos também a dimensão local, embora não percamos de vista as duas dimensões anteriores, que permitem perceber como as partes e o todo se complementam e possibilitam uma compreensão mais inclusiva e também ampliada da temática.

Justino Magalhães, analisando o processo de escolarização e sobre o mesmo estabelecendo uma série de categorias de interpretação, indica não apenas a difusão progressiva desse tipo de estudo como ainda aponta para a riqueza de suas possibilidades, e não apenas para Portugal:

Correlativamente a estas abordagens gerais, a educação e, por consequência, a história da educação vêm encontrando, no local e no institucional, uma outra perspectiva de renovação, centrando-se na interação sujeito-realidade, ampliando as fontes de informação (arquivísticas, museológicas), conferindo significado aos acontecimentos e aos testemunhos regionais e locais – abordados no seu contexto e cruzados com fontes nacionais ou gerais. No caso da escola e da escolarização, a dialéctica entre o local e o global tem sido explicada pelo nacional e pelo universal. Constituído à sua escala, pela multidimensionalidade do universal, o local comporta especificidades. Ele não configura uma réplica

⁸ António Candeias. «Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português», in *Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise*, org. Stephen R. Stoer; Luiza Cortesão; José A. Correia (Porto: Edições Afrontamento, 2001), 35.

do global, nem corresponde à miniatura ou à elementaridade do universal: é uma singularidade, cujas marcas de diferenciação lhe conferem uma existência como totalidade em organização e evolução. É esta dialéctica entre grandeza e identidade que torna fértil uma historiografia da educação construída entre o local, o regional e o global.⁹

Como podemos perceber, o local e o regional se impuseram, demonstrando que não existem (se é que já existiram) delimitações de mérito ou de superioridade/inferioridade entre as pesquisas sobre esses objetos e as que se propõem de carácter nacional, continental ou geral. Não se deve tomar apenas a extensão do que é examinado, mas o seu significado, a densidade, a possibilidade de problematização da realidade, a interrelação com outros campos do conhecimento, bem como a interface necessária entre o local e o global, que não podem ser tomados isoladamente. Também em outros campos percebemos como essas investigações têm se generalizado, configurando novos focos para o olhar do pesquisador. A importância da perspectiva micro é bem explicitada, por exemplo, por Norbert Elias:

Estudar os aspectos de uma figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade impõe à investigação algumas limitações óbvias. Mas também tem suas vantagens. O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala.¹⁰

Também no campo da Geografia encontramos reforço para essa concepção nas palavras, por exemplo, de Milton Santos que demonstram que nos tempos que correm, dadas as facilidades de comunicação possibilitadas nas últimas décadas, local e global se distinguem mas também se fundem, com certos autores chegando até a utilizar o termo “glocalidade” para explicar essa nova situação. Segundo Milton Santos, “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. Mais à frente complementa: “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela”.¹¹

Estabelecidos esses marcos, voltemos nossa atenção para o que ocorreu no concelho de Ovar e, mais especificamente, em uma de suas freguesias, a de São Vicente de Pereira, nas décadas de 1870 e 1880, que cobrem as discussões que nos tomam a atenção. Como salientamos no início, uma das primeiras coisas que nos incomodou foi a morosidade do processo que, entre a oferta da casa para a escola das meninas (dezembro de 1873) e o voto do relator na Junta Consultiva de Instrução Pública (janeiro de 1876), 2 anos se

⁹ Justino Magalhães. *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX)* (Lisboa: EDUCA/ Unidade I&D de Ciências da Educação, 2010), 28.

¹⁰ Norbert Elias. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000), 20.

¹¹ Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* (São Paulo: EDUSP, 2006), 314 e 321.

passaram e ainda foram interpostos recursos complementares a essa decisão no mês seguinte. Essa constatação remete a um problema que ainda no século XXI prejudica a concretização de iniciativas de interesse público e privado: a burocracia estatal. O emaranhado de normas e a necessidade de concordância de múltiplas autoridades, sem a obediência de cronogramas ou prazos, muitas vezes procrastinam ou inviabilizam as decisões ou as tornam obsoletas, antes do final dos procedimentos.

A gravidade desse tipo de situação foi entrevista por um arguto observador da cena portuguesa, Manuel Borges Grainha, alguns anos à frente do nosso recorte de estudo, mas exibindo a permanência dessas práticas nos anos iniciais do século XX, que o autor chama de “entraves da nossa burocracia centralizadora do ensino”:

É assombroso de pssimos resultados o que tem produzido a centralização de toda a nossa instrução no unico foco central que é o Conselho Superior de Instrução Publica, junto ao Ministro do Reino. Tudo ali vem ter e nada se faz sem elle ser ouvido: nem a cousa mais simples. Criar uma escola, mudá-la de casa, transformá-la em mista; nomear um professor, promovê-lo, aposentá-lo; e outras mil pequenezas hão de ter a chancellia do Conselho e do Ministro e para qualquer d’ellas ha de formar-se um processo com muitas folhas de papel, que hão de ir aumentando á medida que for passando pelos multiplices e variados degraus burocraticos que tem de percorrer.¹²

Tomando como exemplo os procedimentos para o fechamento de uma escola e sua reabertura com a contratação de novo professor, o autor faz nova observação, que nos remete aos percalços também identificados na tentativa de criação da escola das meninas de São Vicente de Pereira: “Finalmente, chegado o processo ao despacho do Ministro, a politica dos caciques locais intervem e então as demoras prolongam-se... até que o despacho final possa sair a contento”¹³. Como já foi discutido no artigo anterior e referenciado acima, as diferenças entre as elites locais interferiram diretamente no andamento da proposta, ficando claro que as reservas colocadas pela Câmara Municipal de Ovar não estavam na construção da escola ou na expropriação do terreno, mas no fato da iniciativa estar ligada a grupo oponente no nível local.

No caso, o empresário João Rodrigues de Oliveira Santos opunha-se ao grupo político que ocupava o poder, liderado por Manuel Arala e Costa, que assumira o comando da Câmara Municipal de Ovar em 2 de janeiro de 1866 e o manteve até 1887, quando seu partido perde as eleições municipais. Segundo Joaquim Manuel Monteiro Fidalgo, que descreve o momento de sua ascensão e as quatro fases em que divide sua trajetória de poder, nesses 21 anos de governo, Arala concebeu “um concelho próspero, baseado num crescimento sustentável para a Vila” e que, entre suas iniciativas mais marcantes, estaria a “abertura de escolas na freguesia de Ovar e nas aldeias”¹⁴. Apesar desta última observação remeter a uma preocupação efetiva com o processo de escolarização, nas atas da sessão de 16 de

¹² M. Borges Grainha, *O analfabetismo em Portugal: suas causas e os meios de as remover* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1908), 20-21.

¹³ *Ibidem*, 24.

¹⁴ Joaquim Manuel Monteiro Fidalgo, «Ovar na segunda metade do século XIX», *Dunas – Temas & Perspectivas, Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, ano XII, n. 12 (dezembro de 2012): 85-98.

março de 1887, da Câmara Municipal de Ovar, após a perda do poder por parte do grupo aralista, encontramos uma descrição das condições da escola Conde Ferreira não condizente com esse perfil. O presidente informa o que viu depois de inspecionar a dita escola, na companhia do subinspetor, do administrador do concelho e de mestres de obras:

O estado lastimavel em que a encontrou mais facilmente se vê do que se descreve: na habitação do professor as paredes denegridas pelo fumo, pois que no predio não havia fogão; as madeiras podres e até o proprio pavimento terreo não obstante ser de tijolo, se acha todo quebrado e inhabitavel; no recincho escolar ainda o [abandono] se torna mais visivel, pois que a casa da eschola não tem pedra, quadros parietaes e nem sequer bancos para os os alumnos; as vidraças não têm um unico vidro estando os alumnos sujeitos ás intemperies; pelo lado hygienico tambem se não acha em melhores circunstancias, pois que as portas das latrinas communicão-se directamente com o recintto da aula. Os estuques estavam completamente deteriorados, assim como os telhados.¹⁵

A visão até certo ponto positiva do longo período de governo destoa também do discurso encontrado no jornal *O Ovarense*, dominado pelos opositores àquele governo municipal. Deve-se registrar que o grupo político ligado a Arala, da mesma forma, tinha seu jornal, *O Povo d'Ovar*, que criticava as iniciativas adversárias. Nesses periódicos se pode acompanhar boa parte da dinâmica política da cidade: os grupos se digladiavam e expunham a justeza de suas propostas e os absurdos dos oponentes. Esse tipo de enfrentamento era prática comum no século XIX, criando-se uma verdadeira liça jornalística. Essa situação encontramos também nas pequenas cidades do Brasil no mesmo período, onde era comum que os diferentes chefes locais se fizessem representar pelos editoriais e pelas manchetes de seus periódicos. A respeito desse tipo de publicação no Brasil, que não difere muito das encontradas em Ovar, John D. Wirth diz que o

jornal de cidade pequena continha noticias politicas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. (...) Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos.¹⁶

Com uma reportagem em destaque na primeira página do dia 21 de novembro de 1886, intitulada “Emfim!”, *O Ovarense* anuncia a vitória do partido da oposição, apresenta os novos eleitos para a legislatura que se iniciaria em 1887 e comemora o fim do controle aralista em Ovar:

Emfim! É a palavra que se ouve por todo o concelho por entre sorrisos de viva satisfação. Emfim! É a nota predominante da immensa alegria de que ha oito dias tresbordam os corações generosos do nosso povo! é a expressão de desafogo d'um concelho opprimido para o qual raiou uma nova aurora! é a manifestação unanime d'um povo para o qual se abriu um novo horisonte de luz! Emfim! representa o termo d'um longo e tempestuoso período de vinte annos, cheio de vexames e o começo d'uma prima-

¹⁵ Câmara Municipal de Ovar. *Livro de Actas n. 32*, de 12 de Fevereiro de 1887 a 14 de Junho de 1890. Arquivo Municipal de Ovar.

¹⁶ John D. Wirth, *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982), 131.

vera cheia de esperanças; representa o termo d'uma longa noute caliginosa e o despontar d'um novo sol vivificante e animador.¹⁷

Do lado do grupo vencedor das eleições de 1886, estava o empresário João Rodrigues de Oliveira Santos (1832-1900). Esse cidadão era um “brasileiro”, um “torna-viagem”, que fizera fortuna no estado do Maranhão, no Brasil, para onde emigrara em 1847 e retornara definitivamente para Portugal em 1869, mais especificamente para a Freguesia de São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, onde nascera. Nessa freguesia, em sociedade com seu irmão, João Rodrigues de Oliveira Santos funda, em 1872, a *Chapellaria a vapor*, de Santos & Irmão, considerada uma das mais modernas fábricas do ramo. A instituição, no entanto, não vingou, sendo a sociedade desfeita em 31 de dezembro de 1876 e a fábrica encerrada pouco tempo depois, embora sem data precisa.¹⁸

A figura do “brasileiro” tem sido destacada na historiografia, apresentando-se as diferentes categorias¹⁹ em que aqueles emigrados têm sido colocados e o seu significado para o processo de transformação da sociedade portuguesa do século XIX. Mas também do seguinte, pois o processo emigratório alongou-se pelo século XX. Sobre os tipos de relações que eram estabelecidos por esses retornados endinheirados, especialmente no campo da cultura, da política, da benemerência, Jorge Fernandes Alves faz algumas anotações sobre as variáveis (diretamente ligadas a idade, estado civil, nível de riqueza e opção política) que afetariam a forma como os “brasileiros”, à volta, fossem classificados em quatro diferentes formas, sendo a segunda delas a que mais se aproxima do personagem que tratamos em São Vicente de Pereira:

O “brasileiro” regressa com dinheiro ainda em fase activa: ergue fábricas ou compra acções de companhias, promove o trabalho, não se escapa aos peditórios para as confrarias ou associações? Dá-se-lhe lugar nas associações, espaço na política local ou nacional, destaque nos rituais religiosos (procissões, por exemplo) ou nas cerimónias laicas, em que o caciquismo se torna notório? ²⁰

Justino Magalhães, atento às diferentes dinâmicas que atuam sobre o processo de transformação da sociedade portuguesa e sua escolarização no século XIX, destaca a influência política e econômica dos “brasileiros” e o tipo de atividades que empreendiam, principalmente nas regiões Douro Litoral e Minho:

¹⁷ »EMFIM!« *O Ovarense*, Ovar, ano IV, n. 177 (21 de novembro de 1886): 1.

¹⁸ Guilherme G. de Oliveira Santos, «As crónicas de João Rodrigues de Oliveira Santos e a fábrica de chapéus, em São Vicente de Pereira», *Dunas – Temas & Perspectivas*, *Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, ano VII, n. 7, (novembro de 2007): 3-18.

¹⁹ Jorge Fernandes Alves, «O ‘brasileiro’ oitocentista e seu papel social», *Revista de História*, FLUP, v. 12, (1993): 258-259. O autor indica 4 tipos de retornados: retorno de fracasso; retorno de conservantismo; retorno de jubilação; e retorno de inovação. Acreditamos poder colocar João Rodrigues de Oliveira Santos nesse quarto estrato, uma vez que procurava promover a mudança em sua terra de origem após o sucesso econômico conseguido no exterior.

²⁰ Jorge Fernandes Alves, «O “brasileiro” oitocentista: representações de um tipo social», in *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, org., Benedicta Maria Duque Vieira (Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2004) 198-199.

As causas do progresso e da instrução atraíram novos protagonistas, que a flexibilidade legislativa congregava para benefício comum. Na segunda metade do século XIX, houve estratos populacionais, enriquecidos pela emigração e convertidos à mentalidade capitalista, que se tornaram empresários, gestores da produção industrializada, agentes financeiros, accionistas de empresas e bancos. Movendo influências e disponibilizando fundos económicos (parte dos quais regressados do Brasil) iniciaram programas de urbanização, convertendo as vilas e centros jurídico-administrativos concelhios em locais de progresso. Projectaram e construíram espaços de lazer e de conforto, nos domínios da saúde e da cultura, em benefício próprio e proporcionando novas oportunidades aos seus concidadãos. Sobre eles recaiu uma idealização e a reordenação do tecido social. A criação de escolas foi uma das iniciativas desses beneméritos.²¹

Por outro lado, deve-se observar que o movimento de abertura de escolas, tanto pelos municípios como por particulares, dado o volume de recursos financeiros necessários para o financiamento, não ocorria totalmente ao acaso, mas em centros demográficos dinâmicos, com economia diversificada, localizados na passagem de grandes itinerários terrestres, etc²². E isso pode ser visto também em Ovar, não apenas pela criação da já citada fábrica de chapéus na freguesia de São Vicente de Pereira, mas também pela chegada da Companhia Real do Caminho-de-Ferro, em 1864. Deve-se observar, ainda, que a presença de “brasileiros” em Ovar na segunda metade do século XIX não se resumia a João Rodrigues de Oliveira Santos e seu irmão (também um torna-viagem), mas era uma influência bem conhecida da cidade, e que, segundo António Manuel França de Jesus, teria causado um verdadeiro “choque urbano” por essa época:

[...] os “torna-viagem” do Brasil regressaram a Ovar ostentando a “riqueza e a sorte” das Américas e vontade de investir na remodelação das suas casas (na maioria de porta e janela), aplicando azulejos pré-industriais nas fachadas, acrescentando pisos e platibandas ornamentadas com vasos e imagens míticas de porcelana; também construíram novas habitações, copiando e misturando gostos ao “estilo brasileiro”.²³

Acrescentada mais esta caracterização do contexto sócio-histórico de Ovar e dos personagens centrais envolvidos na celeuma – Manuel Arala Costa e João Rodrigues de Oliveira Santos –, cremos poder passar à descrição propriamente dita dos acontecimentos que se sucederam à reviravolta política em Ovar, ocorrida a partir de 1887, e a consequente abertura da escola para as meninas, oferecida pelo empresário já no distante nos dezembro de 1873.

Escola finalmente implantada

Antes de entrar nos procedimentos referentes à implementação da escola, porém, julgamos ainda interessante apresentar um pouco da aldeia de São Vicente de Pereira pela pena do próprio João Rodrigues de Oliveira Santos que, em 1868, um ano antes de seu retorno a Portugal, publica no Brasil um livro, cuja renda, conforme se encontra na introdução feita pela

²¹ Justino Magalhães, *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX)* (Lisboa: EDUCA/ Unidade I&D de Ciências da Educação, 2010) 265-266.

²² *Ibidem*, 221

²³ António Manuel França de Jesus, *Ovar: Memórias industriais de uma urbe* (Braga: Universidade do Minho, 2011) 41 (dissertação de mestrado).

autor, seria destinada ao “Hospital Portuguez [de S. João de Deus], d’esta cidade [São Luís], e ao da villa d’Ovar, (em Portugal) de cuja comarca sou natural”²⁴. Alguns capítulos do livro são dedicados à sua aldeia: “Uma legoa a leste d’Ovar; outra a oeste d’Oliveira d’Azemeis, e outra, finalmente, ao sul da villa da Feira, jaz a aldeia de São Vicente de Pereira Juzam, com 260 fogos e uma população de 1:000 habitantes”²⁵. O autor reconhece a insignificância do lugar para o conjunto de Portugal ou para as pessoas em geral, mas o destaca como especial para sua trajetória, sua vida: “Esta aldeia, pela qual o viajante passará – sem duvida – distrahido ou indiferente, porque nada aqui encontrará que possa particularmente chamar-lhe a atenção, tem – não obstante – para mim encantos indizíveis”²⁶.

Em seguida, começa a apresentar os motivos pelos quais mantém seu apego ao torrão natal, acrescidos às saudades que tinha e ao impacto da perda recente do pai, nesse mesmo ano: “Amo muito a minha terra, porque os princípios de boa moral me ensinam – que o homem que não ama a sua terra, não ama a sua família, e o que não ama a sua terra nem a sua família, não pôde ser bom esposo nem bom pae, visto que é máo cidadão e máo filho”²⁷. Além desses sentimentos e de diversas outras lembranças sobre os rios, a cidade, o clima da aldeia, foca também a educação, dizendo que “Possúe a aldeia uma escola regia de primeiras letras para meninos, e outra particular de primeiras letras e costura para meninas”²⁸. Pode ser que tenha sido essa percepção da carência de uma escola pública para as meninas, demonstrada ainda em 1868 no Brasil, a primeira motivação do futuro empresário da aldeia para a oferta da escola para as filhas das operárias de sua fábrica de chapéus, alguns anos à frente.

Deve-se observar, inclusive, que a escola pública existente, para os meninos, não gozava das melhores condições para seu funcionamento. Na sessão da Junta da Paróquia de São Vicente de Pereira, de 30 de abril de 1882, foi discutida a reclamação do professor municipal da escola masculina sobre a “incapacidade da caza para o ensino elementar, em vista do grande numero de alumnos que a querem frequentar”. Além desse acanhamento das instalações, a Junta, após reconhecer como sendo “a instrução o maior elemento da civilização d’um paiz, digo, civilização e riqueza d’um paiz”, observa que não tem condições de resolver o problema, pois na “parochia não ha edificio privativo e especial para a eschola nem predios particulares que se possam alugar para tal fim”²⁹. Vários anos à frente, na sessão de 13 de fevereiro de 1887, ano em que a mudança política na vila de Ovar se torna realidade, encontraremos nova reclamação desse professor, “acerca d’uma mobilia que no anno de mil e oitocentos e oitenta e quatro fora mandada comprar pela Junta de Parochia que então geria os negocios da freguezia, para servir na sua eschola,

²⁴ João Rodrigues de Oliveira Santos, *Horas Vagas: poesias e prosa*. Maranhão (São Luís: Typ. do Frias, 1868) 3.

²⁵ *Ibidem*, 113.

²⁶ *Ibidem*, 115.

²⁷ *Ibidem*, 116.

²⁸ *Ibidem*, 114.

²⁹ Junta de Parochia de S. Vicente de Pereira. *Livro de Actas*, de 30 de setembro de 1879 a 26 de junho de 1887 [8 de outubro de 1893]. Arquivo da Junta de São Vicente de Pereira. Embora o termo de abertura do livro mencione seu final em 26 de junho de 1887, os registros das atas no mesmo avançam até 8 de outubro de 1893. As menções seguintes à Junta de Paróquia de São Vicente de Pereira provêm todas desta mesma fonte documental.

cuja mobília nunca lhe foi entregue n'ém se sabe onde existe". Vemos aqui recolocada não apenas a questão das condições de funcionamento da escola mas também do problema da burocracia que, como já comentado acima, era um dos principais malefícios para a instrução portuguesa no século XIX.

Como se pode depreender por essas discussões apresentadas até o momento, soava estranho, inusitado, num país que apregoava abertamente a importância da instrução para o progresso, com poucos recursos financeiros para esse fim, solicitando em diversas ocasiões o concurso dos particulares, que uma Câmara Municipal abrisse mão de uma generosa proposta como a que fora apresentada pelo cidadão Santos, que retornara à sua terra natal pretendendo a ela estender benefícios dos quais era carente, como instrução, mais especificamente de uma escola para meninas.

As novas fontes consultadas em Ovar e em São Vicente de Pereira permitiram, conforme já anunciamos, confirmar a entrada em funcionamento da escola, mas doze anos após a interrupção do processo que consta na Torre do Tombo e mais de 14 anos após seu início. Para que o leitor possa acompanhar o desenrolar dos acontecimentos sem muitas interrupções, apresentaremos os documentos em sequência, variando-os na medida do possível e destacando momentos ou personagens que justifiquem essas menções. Essa nova fase da epopéia da escola das meninas está anunciada numa reportagem do jornal *O Ovarense*, de 3 de julho de 1887, tratando dos melhoramentos previstos para o concelho com a nova administração municipal que assumira no início desse ano. Entre várias iniciativas, anota-se:

Ultimamente, a camara resolveu crear uma eschola para o sexo feminino, na freguezia de S. Vicente de Pereira, de accordo e com o auxilio do nosso benemerito concidadão, o Sr. João Rodrigues de Oliveira Santos, abastado capitalista d'aquella freguezia, que tem prestado valiosos serviços á sua terra, e que muitos mais prestaria se vergonhosas circunstancias o não tivessem impedido.³⁰

Referia-se a reportagem aos obstáculos interpostos há mais de uma década por parte da Câmara Municipal de Ovar para a abertura da escola, como pretendia o empresário. E que agora desapareceram, por conta da vitória da oposição municipal no final de 1886, da qual fazia parte João Rodrigues de Oliveira Santos. A reportagem corrobora a observação anterior sobre o extensão do poder local no controle de iniciativas que fugissem ao seu controle ou significassem qualquer forma de risco à sua continuidade, bem como a presença dos conflitos de interesses entre as elite locais, que avançavam do campo político para outros, como a educação, ainda que esta pudesse parecer a uma primeira vista como uma atividade que representasse o interesse de todos. Na sequência, a reportagem recupera informação sobre o passado:

Quando o sr. Santos regressou da America, vinha animado das melhores ideias para beneficiar o seu concelho e especialmente a freguezia, que lhe fôra berço, com importantes melhoramentos. Todos conhecem os empreendimentos valiosos que o sr. Santos pretendia iniciar. (...) Entre os melhoramentos, que o sr. Santos desejava para S. Vicente de Pereira, encontra-se uma eschola de meninas. Para isso, mandou contruir, exclusivamente à sua custa, uma caza apropriada, que lhe importou em 1:500\$000

³⁰ «MELHORAMENTO em S. Vicente», *O Ovarense*, Ovar, ano V, n. 209 (3 de julho de 1887): 1.

reis, e que estava nas melhores condições para o fim a que era destinada. Em seguida ofereceu-a à juncta de parochia d'aquella freguezia, que a aceitou como um valioso beneficio.

O mesmo periódico atribui ao ex-Presidente Aralla a principal opposição às propostas apresentadas por João Rodrigues de Oliveira Santos, nomeadamente na aceitação de uma verba para pagamento à professora da escola a fundar:

negou-se terminantemente a incluir no orçamento a verba necessaria para o ordenado da professora! Deu isto em resultado o repudio da offerta por parte da juncta da parochia! E eis aqui, como por um capricho do sr. Aralla, ou como pelo medo do então presidente da camara, aquella freguezia ficou, durante muitos annos, privada de um tão urgente melhoramento, como é uma escola!

Com a queda da executivo de Aralla, em virtude da perda de eleições, a nova câmara autorizou aquele benemérito mandasse mobiliar a escola que passava a ficar «sob vigilância e protecção» da Esposa de João Rodrigues de Oliveira Santos. Informa, por fim aquele periódico, que

Esta distincta senhora (...) pensa em crear premios para as alumnas mais distinctas e promover de todas as formas o desenvolvimento de uma industria local para o sexo feminino que melhore as condições das classes pobres da freguesia. A camara, como facilmente se comprehende, aceitou reconhecida este offerecimento e vae, no primeiro orçamento, incluir a verba necessaria para o ordenado da professora.³¹

O jornal também destaca outras iniciativas em prol da freguesia de São Vicente de Pereira e da vila de Ovar, empreendidas pelo mesmo João Rodrigues de Oliveira Santos e que teriam sido ocultadas pela administração que controlara a Câmara de Ovar por 21 anos (1865-1886), tais como:

quando, ha approximadamente vinte annos, voltou do Brazil, ofereceu ao hospital d'esta villa a quantia de 500\$000 reis fortes, com os quaes se fizeram, n'esse tempo, importantes reparações no edificio, taes como soalhar, escaiolar as paredes interiores etc. E assim também nunca tornou publico que o sr. Santos promoveu a construcção da estrada d'esta villa a S. Vicente de Pereira, para a qual concorreo com 500\$000 reis fortes, do seu bolso, e obteve por meio de subscrição, entre os seus conterraneos, egual quantia para a mesma obra. E assim nunca publicou, elle que se tem mostrado eximio publicista, que o sr. Santos ainda auxiliou a camara com a quantia importante de 5:000\$000 reis que lhe emprestou sem juro, amortisavel em cinco annos.³²

O efetivo funcionamento da escola, contudo, ainda tardaria um pouco. Apesar da reportagem do periódico sinalizar que o processo já havia se consumado, no plano documental os indícios remetem a novos atrasos, o que demonstra que a implementação da escola não era somente uma questão de decisão política, uma vez que os obstáculos nesse campo haviam sido arredados. Consultando as atas da Junta da Paróquia de São Vicente de Pereira, vemos retornar à cena outro elemento já aqui destacado e que interferia diretamente na celeridade do processo de escolarização: a burocracia. Mesmo

³¹ *Ibidem.*

³² *Ibidem.*

estando todos de acordo com relação à necessidade e à importância da aceitação da doação da escola, os trâmites burocráticos precisavam ser respeitados e todo o processo teve de ser reiniciado, inclusive, com nova oferta por parte do empresário. E isso não ocorreu tão rapidamente quanto dava a entender a reportagem citada acima. Nas atas da Junta da Paróquia iremos encontrar menção à doação da escola feminina, por parte de João Rodrigues de Oliveira Santos, apenas em 27 de maio de 1888. Nesse dia, esse cidadão envia carta à Junta,

na qual mostra que havendo tomado em consideração o desprezo ou abandono em que actualmente estava lançada a instrução publica desta freguezia, oferece gratuitamente uma casa de escola, mobiliada e com seu quintal, que especialmente mandou construir no referido lugar [da Torre, freguesia de São Vicente de Pereira], destinada a instrução primaria do sexo femenino.

Feito esse primeiro movimento, o processo avança e, em 29 de junho de 1888, a doação da escola é formalizada, como se depreende do teor da ata da sessão da Junta da Paróquia, em foi lida e aprovada a referida carta, cujo teor é o seguinte:

Ilma. Junta de Parochia. Achando-se esta freguezia desprovida de cazas para aulas de instrução primaria, tanto do sexo masculino como do femenino, tomo a deliberação de lhe offerecer gratuitamente, para a de meninas e residencia de professora, a caza que com esse fim especial mandei construir neste logar da Torre, com a respectiva mobilia escolar e o terreno anexo, estando promptos eu e minha mulher a assignar a escriptura de doação logo que V. Sa., como representante da mesma freguezia, assim o deseje.



Figura 1. Local onde foi edificada a escola para meninas, em São Vicente de Pereira.



Figura 2. Detalhe informativo sobre a escola para meninas de São Vicente de Pereira.



Figura 3. Palacete onde viveu João Rodrigues de Oliveira Santos e sua família, localizado à frente da escola para meninas, em São Vicente de Pereira.

Não aparece, na documentação, indicação precisa sobre a data de entrada em funcionamento da dita escola feminina, mas na sessão de 16 de setembro de 1888, podemos perceber que, finalmente, estava em operação:

[o presidente] disse que tinha pleno conhecimento de ser geral o contentamento dos povos d'esta freguezia com a professora interina que presentemente está regendo a eschola do sexo feminino, no respectivo concurso; no que concordaram todos os vogaes, e accordaram unanimemente consignar n'esta acta um voto de louvor á mesma professora pelo muitissimo zelo, desvelo e assiduidade com que tracta a instrução infantil a seu cargo commetida.

Considerações finais

Foi possível observar, ao longo da investigação, que as disputas locais adiaram o processo de abertura da escola. E isso nos remete a um novo nível de reflexão sobre a complexidade do processo de escolarização que se pretendia na segunda metade do século XIX em Portugal. Apesar de um discurso aparentemente homogêneo em todo o país, perceptível nos documentos do governo, na intelectualidade, na imprensa e nos discursos da administração concelhia, sobre a necessidade de superação do analfabetismo e do investimento no campo da instrução, percebe-se, na prática, que essas ideias não conseguem produzir consenso no âmbito da política e, muito menos, no dos interesses localistas. As disputas nas freguesias e nos municípios eram tão intensas que não permitiam a geração de uma pauta comum ou suprapartidária, mesmo em assuntos que poderiam ser considerados desta dimensão, como o ensino primário. Remete-se, ainda, à necessidade de se aprofundar os estudos em torno da esfera municipal, tanto para compreensão, no nível micro, de uma discussão que se espalha no macro, como para se apreender o movimento que se desenrola no interior do país e no espaço dos municípios em torno de questões relevantes para os avanços da nação ou da comunidade, como o caso da educação. E, finalmente, que apesar de todos os percalços, ao final o bom senso se afirma e a escola se torna realidade. Uma vitória singela, pontual, mas que também ilustra a dimensão da luta pela instrução primária – das meninas – no século XIX.

Bibliografia

- “Emfim!” *O Ovarense*, Ovar, 177, ano IV (21 de novembro de 1886).
- “Melhoramento em S. Vicente”, *O Ovarense*, Ovar, 209, ano V (3 de julho de 1887): 1.
- Borges Grainha, Manuel. *O analfabetismo em Portugal: suas causas e os meios de as remover*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- Boto, Carlota. *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- Candeias, António. “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, Em *Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise*, org. Stephen R. Stoer; Luiza Cortesão; José A. Correia. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

- Candeias, António (Dir.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Candeias, António. "Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas". Em *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*, coords. Maria Raquel Delgado-Martins; Glória Ramalho; Armanda Costa. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- Costa, D. Antonio da. *A Instrução Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
- Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Fernandes Alves, Jorge. "O 'brasileiro' oitocentista e seu papel social". *Revista de História*, FLUP, v. 12, (1993): 258-259.
- Fernandes Alves, Jorge. "O 'brasileiro' oitocentista: representações de um tipo social". Em *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, org., Benedicta Maria Duque Vieira, 198-199 Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2004.
- França de Jesus, António Manuel. *Ovar. Memórias industriais de uma urbe*. Braga: Universidade do Minho, 2011, 41 (dissertação de mestrado).
- Gonçalves Neto, Wenceslau e Magalhães, Justino. "Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX". *Revista Brasileira de História da Educação*, 20, (2009): 15-39.
- Magalhães, Justino. *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: EDUCA/ Unidade I&D de Ciências da Educação, 2010.
- Monteiro Fidalgo, Joaquim Manuel. "Ovar na segunda metade do século XIX", *Dunas – Temas & Perspectivas*, *Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, 12, ano XII (dezembro de 2012).
- Oliveira Santos, Guilherme G. de. "As crónicas de João Rodrigues de Oliveira Santos e a fábrica de chapéus, em São Vicente de Pereira", *Dunas – Temas & Perspectivas*, *Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*, 7, ano VII (novembro de 2007): 3-18.
- Oliveira Santos, João Rodrigues de. *Horas Vagas: poesias e prosa*. Maranhão. São Luís: Typ. do Frias, 1868.
- Santos, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- Wirth, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes Bibliográficas

Câmara Municipal de Ovar. *Livro de Actas*, 32, de 12 de Fevereiro de 1887 a 14 de Junho de 1890. Arquivo Municipal de Ovar.

Direção Geral de Instrução Publica, maço 149. Torre do Tombo, Lisboa.

Junta de Parochia de S. Vicente de Pereira. *Livro de Actas*, de 30 de setembro de 1879 a 26 de junho de 1887 [8 de outubro de 1893]. Arquivo da Junta de São Vicente de Pereira.